2ª PARTE

CAPÍTULO VI

DEFESA CIVIL NO BRASIL

HISTÓRIA DA DEFESA CIVIL

A Defesa Civil em nosso País foi organizada após o início da II Grande Guerra Mundial, a exemplo do que ocorria na Europa onde aparecera para atender às vítimas de bombardeios, explosões, incêndios e outras adversidades.

Em 26 de agosto de 1942, o Governo brasileiro, através do Decreto-Lei nº 4624, criou o *Serviço de Defesa Passiva Antiaérea*, sob a supervisão do Ministério da Aeronáutica, com a finalidade de estabelecer a segurança que garantisse a proteção e a vida da população, bem como a defesa do patrimônio.

Em 30 de setembro de 1943, a designação original foi alterada para *Serviço de Defesa Civil*, modificando também a sua subordinação, que passou para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, até a sua extinção, em 1946.

A falta de propostas de governo e a indefinição de uma doutrina que determinasse a concretização de um órgão específico de Defesa Civil persistiram por vários anos.

Contudo, não foram esquecidas nem deixaram de ser tomadas importantes medidas governamentais para atender a calamidades públicas e socorrer populações flageladas.

Assim, destacam-se os seguintes fatos que marcam a política governamental nesse campo, a partir da segunda metade da década de 40:

a) as ações emergenciais e a atuação preventiva do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, no combate à seca no Nordeste Brasileiro, a partir de 1945;

b) a criação, em 1959, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

c) a Lei 3742, de 04/04/1960, dispondo sobre o auxílio federal aos estados e municípios, em casos de Calamidade Pública;

d) a criação do *Fundo Especial para Calamidades Públicas - FUNCAP*, especialmente para aquisição de medicamentos, alimentos, agasalhos, abrigos, materiais de limpeza e higiene e transportes;

e) a criação, em 1970, do *Grupo Especial de Apoio às Calamidades Públicas - GEACAP*, com a finalidade de implementar diretrizes e normas de ação para a defesa permanente contra as calamidades públicas;

f) a criação, em 1979, da *Secretaria Especial de Defesa Civil - SEDEC*, na estrutura do extinto Ministério do Interior, com a finalidade de *coordenar as ações* de Defesa Civil em todo o território nacional. Atualmente, a Secretaria de Defesa Civil vincula-se ao Ministério da Integração Regional - MIR;

g) a criação, em 1980, do *Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON*, com a finalidade de *implementar o planejamento* e as providências de segurança do Programa Nuclear Brasileiro, do seu pessoal, da população em geral e do meio ambiente. No SIPRON, a Defesa Civil tem como responsabilidade a proteção da população, na eventualidade de uma emergência nuclear ou radiológica; e

h) a organização, em 16.12.1988 (Decreto nº 97274), do *Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC*, com o objetivo de *fazer cumprir* o art. 21, inciso XVIII, da Constituição de 1988 ("planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações"). O SINDEC foi recentemente reorganizado, com vistas a adequá-lo às Reformas Administrativas do Executivo Federal, através do Decreto nº 895, de 16 de agosto de 1993.

Nas Constituições Brasileiras, desde a do Império até a vigente, a preocupação de ordem institucional com os eventos adversos que afetam a sociedade tem sido uma constante. Nessas Constituições sempre constam dispositivos permitindo às autoridades constituídas agilizar a recuperação das conseqüências da calamidade e o atendimento assistencial às populações atingidas por esses eventos, em cada região do País. Assim sendo, a Constituição Política do Império do Brasil, de 24 de março de 1824, já rezava em seu artigo 179: "A constituição também garante os socorros públicos". A Constituição mais recente, em seu artigo 21, informa: "Compete à União: inciso XVIII - Planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações".

ASPECTOS DOUTRINÁRIOS

ATIVIDADES FUNDAMENTAIS E OBJETIVOS

O que define a Defesa Civil são as atividades fundamentais por ela executadas em benefício da normalidade da vida da sociedade a que serve.

Tais atividades podem ser sintetizadas em três ações de proteção à população: proteção contra os efeitos das contingências das situações de guerra, contra catástrofes decorrentes da ação da natureza ou contra os efeitos adversos decorrentes de atividades ou ações da própria sociedade.

Por sua vez, o objetivo geral da Defesa Civil é a redução de desastres, seja através da sua minimização (compreendendo a Prevenção e os Programas de Preparação para Emergência e Desastres), seja através da Resposta aos Desastres e Reconstrução da área atingida. Na resposta aos desastres utilizam-se ações de socorro e assistenciais às populações flageladas, bem como a Reabilitação do Cenário que compreende a melhoria e/ou restabelecimento dos serviços essenciais atingidos e danificados. Na reconstrução do cenário, atividade pós-desastre, procura-se restabelecer, em sua plenitude, os serviços públicos, a economia de área, o bem-estar da população e o moral social.

CONCEITOS BÁSICOS

Visando a ampliar o entendimento a respeito do assunto, vejamos alguns conceitos básicos dentro dos aspectos doutrinários da Defesa Civil.

Defesa Civil

É o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a ***evitar*** ou ***minimizar*** os desastres, ***preservar*** o moral da população e ***restabelecer*** a normalidade social.

Situação de Emergência

É o reconhecimento legal, pelo poder público, de situação anormal, provocada por desastres, causando ***danos superáveis*** pela comunidade afetada.

Estado de Calamidade Pública

É o reconhecimento legal, pelo poder público, de situação anormal, provocada por desastres, causando *sérios danos* à comunidade afetada, inclusive à *incolumidade* ou à *vida* de seus integrantes.

Risco

Relação existente entre a probabilidade de que a ameaça de um evento adverso ou acidente determinado se concretize, com o grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos.

Dano

Intensidade das perdas humanas, materiais ou ambientais, induzidas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e/ou ecossistemas, como consequência de um desastre..

Vulnerabilidade

Relação existente entre a magnitude da ameaça, caso ela se concretize, e a intensidade do dano consequente.

Ameaça

Estimativa da ocorrência e magnitude de um evento adverso, expressa em termos de probabilidade estatística da concretização do evento e da provável magnitude de sua manifestação.

Segurança

Estado de confiança, individual ou coletiva, baseado no conhecimento e no emprego de normas de proteção e na convicção de que os riscos de desastres foram reduzidos, em virtude de terem sido adotadas medidas minimizadoras.

Desastre

É o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando perdas humanas, danos materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.

Normalmente os desastres atingem com mais intensidade a população de baixa renda e os países menos desenvolvidos. Eles deterioram as condições de vida da população, intensificando as desigualdades já existentes e fazendo crescer os bolsões de extrema pobreza nos centros urbanos, mercê das migrações internas. Trazem como consequência o aumento do custo de vida, a estagnação econômica e o desvio de recursos destinados a programas de desenvolvimento, retardando a execução dos mesmos, contribuindo desta maneira para aumentar a dívida social e afetando o desenvolvimento geral do país.

É imperioso que o processo de planejamento do desenvolvimento nacional contemple, de forma clara e permanente, recursos destinados à prevenção dos desastres.

Os Desastres, no universo da atuação da Defesa Civil, classificam-se em *Naturais*, *Humanos* ou *Antropogênicos* e *Mistos*.

Os *Desastres Naturais* são aqueles provocados por fenômenos e desequilíbrios da natureza. São produzidos por fatores de origem externa que atuam independentemente da ação do homem, incluídos os radioativos. Eles são subdivididos em três grupos, a saber:

Desastres Siderais: quedas de meteoritos.

Desastres relacionados com a geodinâmica terrestre externa: vendavais, chuvas de granizo, geadas, nevascas, inundações, secas, tornados, etc.

Desastres relacionados com desequilíbrios biológicos: pragas animais e vegetais.

Destas subdivisões, a Secretaria de Defesa Civil assume a responsabilidade de envolver diretamente seu Ministério em ações assistenciais e recuperativas, nos dois primeiros citados (*siderais* e os *relacionados com a geodinâmica externa*), limitando-se a coordenar as ações dos Ministérios adequados com referência aos *desastres relacionados com desequilíbrios biológicos* (pragas animais e vegetais).

Os *Desastres Humanos ou Antropogênicos*, sejam os de natureza tecnológica, sejam os de causas sociais ou biológicas, também têm suas consequências minimizadas por ações de outros Ministérios coordenados pela Secretaria de Defesa Civil - SEDEC, órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC.

Este procedimento nos parece muito acertado, pois permite o tratamento correto em relação aos efeitos dos desastres, pela utilização do órgão setorial adequado, coordenados pelo Órgão Central do SINDEC. A

exemplo, citamos uma coordenação, pela SEDEC, de remessa de medicamentos para áreas atingidas por desastre, envolvendo o Ministério da Saúde e o Ministério da Aeronáutica.

Os **Desastres Mistos** ocorrem quando as ações ou omissões humanas contribuem para intensificar, agravar ou complicar os desastres naturais, deteriorando ainda mais as situações ambientais.

A partir da reflexão de que desastre é consequência da interação entre o evento adverso e o sistema vulnerável, pode-se considerar que, na sua grande maioria, os desastres são classificados como mistos.

ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL BRASILEIRA

Na prática, a Defesa Civil brasileira funciona de maneira integrada em três níveis de Governo: o *Federal*, o *Estadual* e o *Municipal*. A própria legislação que disciplina a ação do Governo no campo da Defesa Civil estabelece que cabe ao *Município, atingido por uma emergência ou calamidade pública*, iniciar as ações de assistência à população afetada e solicitar apoio do *Governo Estadual*, quando esgotadas as possibilidades municipais de ação. Da mesma forma, cabe ao Governo Estadual auxiliar o Município e, quando esgotadas as suas possibilidades, recorrer à *União*.

O Governo Federal, ao conceder auxílio a uma área ou população afetada por desastre, o faz através do Governo do Estado ou da Prefeitura Municipal, a quem repassa recursos, equipamentos ou viveres.

O conjunto de atividades pertinentes à Defesa Civil, bastante amplo, é dividido em três fases: *a preventiva, a assistencial e a recuperativa (ou de recuperação)*.

A fase *preventiva* se caracteriza por englobar aquelas ações que devem ser realizadas **antes** da ocorrência de um desastre. Nesta fase, além da execução de planejamentos em geral, que incluem os diversos meios de alerta da população, das autoridades e dos componentes do sistema operacional do Município, do Estado ou da União, são realizadas "campanhas de esclarecimento" com vistas à conscientização da população e dos seus líderes.

Ainda nesta fase são previstas construções de obras estruturais, tais como barragens, muros de arrimo, canais de drenagem e outras de infra-estrutura hídrica. São comuns as relocações de populações residentes

em áreas de risco. É executada, também, a monitorização das áreas sujeitas a desastres, quer por intermédio de sensoriamento remoto, quer por análise de boletins meteorológicos e hidroclimáticos.

A *fase assistencial*, que compreende aquelas medidas, inclusive as de socorro, que devem ser tomadas por ocasião da ocorrência de um desastre, se caracteriza pelas ações como busca e salvamento, evacuação de áreas atingidas, remoção de feridos e prestação de serviços médicos, fornecimento de alimentos, medicamentos, agasalhos e abrigos de emergência e, ainda, medidas sanitárias básicas (água potável, lixo e esgoto) para prevenção de doenças epidêmicas.

Nesta *fase assistencial*, as equipas de defesa civil dos Municípios (COMDEC) e dos Estados da Federação (CEDEC) desenvolvem importante função operacional. O Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC preconiza a obrigação de todos os órgãos, quer federais quer municipais, sediados nas áreas atingidas por desastre, tomarem parte ativa no socorro e na assistência à população, sob a coordenação do governo municipal existente.

Finalmente, abrangendo todas as medidas necessárias ao restabelecimento da normalidade da área atingida ou dos serviços essenciais interrompidos, ingressa-se na *fase recuperativa*. Nesta, o SINDEC preconiza a recuperação/reconstrução de moradias de população de baixa renda, que tenham sido danificadas ou destruídas, bem como a de edifícios públicos. Nesta fase, procura-se também recuperar ou reparar os serviços essenciais, tais como transporte, comunicações, saneamento básico e abastecimento de água, gás, luz e força.

Considera-se a recuperação de residências da população de baixa renda como prioritária, por motivos óbvios. A população de mais recursos deve arcar com as despesas de conserto e/ou construção de suas propriedades.

Normalmente a Defesa Civil, na *fase preventiva*, remove a população de baixa renda das áreas consideradas de risco, em casos de possibilidade de desabamento iminente, enchente ou insalubridade. Neste caso, a Prefeitura Municipal interessada deverá providenciar um local apropriado à relocação daquelas famílias, juntamente com a relação das mesmas, decretando Estado de Calamidade Pública ou Situação de Emergência. Estes Decretos Municipais, após publicados, serão enviados ao Governo Estadual para homologação, após o que serão encaminhados ao Governo Federal para o devido reconhecimento através da Secretaria de Defesa Civil/MIR. Somente após este reconhecimento, pelo Ministro da Integração Regional, a relocação da população poderá ser realizada.

O modo mais usual de a SEDEC relocar população de baixa renda é enviar "cestas básicas de material de construção" para o governo local. Cada cesta básica deverá conter material suficiente para a construção de um módulo de casa com a dimensão aproximada de 30 m².

Tal procedimento emergencial não deve ser confundido com a ação da Secretaria de Habitação/MBES, pois ela constrói casas populares, ao passo que a SEDEC/MIR doa material para reparar ou construir residências de baixa renda, em regime de mutirão, que abrigarão população afetada ou na iminência de sê-lo, em situação de perigo ou de desastre.

O SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL - SINDEC

A fim de fazer cumprir o Art. 21, inciso XVIII da Constituição de 1988, foi organizado o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, pelo Decreto 97.274, de 16 de dezembro do mesmo ano.

O SINDEC objetiva planejar e promover a defesa permanente contra os desastres naturais ou provocados pelo homem, atuando em situações de emergência ou estado de calamidade pública. Este Sistema visa, em ultimo análise, a prevenir ou minimizar danos, a socorrer e assistir populações atingidas e a recuperar áreas deterioradas por desastres. Para tanto, integra, no território nacional, as ações de órgãos e entidades públicas e privadas, em interação com a comunidade.

Estruturalmente, o SINDEC possui um Órgão Superior, denominado *Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC*, um Órgão Central, que é a *Secretaria de Defesa Civil/MIR*, Órgãos regionais, estaduais, municipais, setoriais e de apoio.

Ao *Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC*, instalado em 14 de junho de 1994, entre outras atribuições, cabe a discussão e aprovação das políticas e diretrizes de ação governamental, bem como deliberar sobre as ações de cooperação internacional ou estrangeira, de interesse do SINDEC. As resoluções desse colegiado, que é presidido pelo titular da SEDEC/MIR, serão levadas ao Ministro de Estado da Integração Regional para aprovação e adoção em âmbito federal.

À *Secretaria de Defesa Civil - SEDEC/MIR*, Órgão Central do SINDEC, compete, entre outras atribuições, promover e coordenar as ações de defesa civil, bem como normatizar e realizar a supervisão técnica e a fiscalização específica sobre as ações desenvolvidas. Atividade relevante é a sua participação no **Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro -**

SIPRON, como órgão setorial encarregado da proteção da população nas emergências nucleares e/ou radiológicas.

Aos órgãos regionais, estaduais e municipais de defesa civil, denominados Comissões de Defesa Civil nos Estados e Municípios, cabe a tarefa operacional do SINDEC. As *Comissões Estaduais de Defesa Civil - CEDEC* e as *Comissões Municipais de Defesa Civil - COMDEC* são subordinadas diretamente aos Governadores de Estado e Prefeitos Municipais, respectivamente, tendo como órgão normatizador a SEDEC/MIR. As *Coordenadorias Regionais de Defesa Civil*, atualmente em número de duas, estão subordinadas, respectivamente, à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e a sua congênere no Nordeste, SUDENE.

Os Órgãos Setoriais do SINDEC compreendem as *Secretarias*, as *Entidades* e os *Órgãos* vinculados dos diversos Ministérios e Secretarias da Presidência da República. Em articulação com o órgão central do SINDEC, entre outras atividades, compete:

- ao **Ministério da Justiça**, coordenar as ações de Segurança Pública e a atuação das Polícias Federal, Rodoviária e Ferroviária;
- ao **Ministério da Marinha**, coordenar as ações de danos relacionados com sinistros marítimos e fluviais, e o salvamento de naufragos; **apoiar** as ações de Defesa Civil com pessoal, material e meios de transporte;
- ao **Ministério do Exército**, cooperar no planejamento de defesa civil e em ações de busca e salvamento; **participar** de atividades de prevenção e de reconstrução; **apoiar** as ações de Defesa Civil com pessoal, material e meios de transporte;
- ao **Ministério das Relações Exteriores**, coordenar as ações que envolvam o relacionamento com outros países e com organismos internacionais e estrangeiros;
- ao **Ministério da Fazenda**, adotar medidas de caráter financeiro, fiscal e creditício, destinadas ao atendimento de populações e de áreas em estado de calamidade pública ou situação de emergência;
- ao **Ministério dos Transportes**, adotar medidas de preservação e de recuperação dos sistemas viários e terminais de transporte federais, terrestres, marítimos e fluviais em áreas atingidas por desastres, bem como controlar o transporte de produtos perigosos;
- ao **Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária**, **promover** ações preventivas relacionadas com desastres ocasionados

especialmente por pragas vegetais e animais; **fornecer** dados e análises relativos a previsões meteorológicas e climáticas, com vistas às ações de defesa civil;

- ao **Ministério da Educação e do Desporto**, cooperar com o programa de desenvolvimento de recursos humanos e, por intermédio do Observatório Sismológico-SIS, da Fundação Universidade de Brasília, **realizar e difundir** pesquisas sismológicas de interesse do SINDEC;
- ao **Ministério do Trabalho**, promover ações que visem a prevenir ou minimizar danos às classes trabalhadoras, em circunstâncias de desastres;
- ao **Ministério da Aeronáutica**, coordenar ações de busca e salvamento, evacuações aeromédicas e missões de misericórdia; **apoiar** as ações de defesa civil com pessoal, material e meios de transporte;
- ao **Ministério da Saúde**, **implementar e supervisionar** ações de saúde pública, o suprimento de medicamentos, o controle de qualidade da água e dos alimentos, e a promoção da saúde em circunstâncias de desastres; **promover** a implantação de atendimento pré-hospitalar e de unidades de emergência; **supervisionar** a elaboração de planos de mobilização e de segurança dos hospitais em circunstâncias de desastres; e **difundir**, em nível comunitário, técnicas de reanimação cárdio-respiratória básica e de primeiros socorros;
- ao **Ministério de Minas e Energia**, **planejar e promover** medidas relacionadas com o controle de cheias e inundações, através da monitorização das condições hidrológicas e dos deflúvios das barragens dos sistemas hidrelétricos e das bacias hidrográficas;
- ao **Ministério das Comunicações**, **adotar** medidas objetivando priorizar os serviços de telecomunicações nas áreas afetadas por desastres;
- ao **Ministério do Bem-Estar Social**, **promover** a recuperação e a reconstrução de moradias para população de baixa renda, **executar** obras e serviços de saneamento e **prestar** assistência social às populações, em situação de desastre;
- ao **Ministério da Ciência e Tecnologia**, **promover** pesquisas relacionadas com a redução de desastres,
- ao **Ministério da Integração Regional**, coordenar as ações do SINDEC, por intermédio da **Secretaria de Defesa Civil - SEDEC**;

- ao *Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal*, estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao uso racional dos recursos naturais renováveis, com o objetivo de reduzir desastres;
- à *Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República - SEPLAN*, priorizar a alocação de recursos para assistência às populações e a realização de obras e serviços de prevenção e de recuperação;
- ao *Estado-Maior das Forças Armadas*, coordenar as operações combinadas das Forças Singulares nas ações de defesa civil;
- à *Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República*, órgão central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON, prestar informações sobre a Política Nuclear Nacional, o Programa Nuclear Brasileiro e o controle de produtos radioativos de qualquer espécie relacionados com a prevenção ou com a minimização de desastres nucleares e radioativos.

São denominados Órgãos de Apoio ao SINDEC quaisquer organizações não governamentais (*ONG*) ou outras entidades que participarem em apoio às ações de defesa civil.

O FUNDO ESPECIAL PARA CALAMIDADES PÚBLICAS - FUNCAP

O FUNCAP, criado pelo Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969, tem por finalidade financiar as ações de socorro, de assistência à população e de reabilitação de áreas atingidas.

Constituem recursos do FUNCAP, não só as dotações orçamentárias da União e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos, como também os auxílios, dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras. Os saldos de créditos extraordinários especiais abertos, para calamidade pública, não aplicados e ainda disponíveis, como outros recursos eventuais, também podem ser utilizados pelo Fundo.

Esses recursos do FUNCAP serão administrados por uma Junta Deliberativa, presidida pelo Secretário de Defesa Civil do Ministério da Integração Regional, e integrada por representantes do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República - SEPLAN/PR.

As aplicações dos recursos do FUNCAP destinam-se à compra de suprimentos, alimentos, medicamentos, agasalhos, combustíveis, bem como ao pagamento de serviços relacionados com a desobstrução, remoção de escombros, restabelecimento emergencial de serviços básicos, transporte e outros serviços de terceiros. Incluem ainda o reembolso de despesas já efetuadas por entidades públicas ou privadas prestadoras de serviço ou de socorro em um desastre.

OS MILITARES E A DEFESA CIVIL NO BRASIL

No mundo atual, o conceito de segurança deixou de ser apenas o de ação-resposta contra as ameaças de conflitos armados e passou a ter um sentido mais amplo, concebido como um estado de garantia contra todos os óbices que possam dificultar ou impedir o atingimento de seu objetivo. A segurança individual, a comunitária, a coletiva e a nacional caracterizam os diversos aspectos de segurança e são de responsabilidade de todos os indivíduos, constituindo-se, no entanto, atribuição específica do Estado, por ser este o detentor do Poder Nacional.

Sumariando, pode-se afirmar que a segurança, qualquer que seja seu aspecto, realçou a função aglutinadora da segurança nacional, incluindo desde a segurança individual até a coletiva, permitindo a sua combinação proporcionar à Nação o grau de garantia desejado.

Pode-se assinalar que os problemas afetos à segurança nacional são aqueles decorrentes tanto do universo antagônico como fora dele, sempre que as normas vigentes forem infringidas ou os ideais da Nação estiverem ameaçados.

Finalmente, quando à Nação se antepõem os antagonismos ou pressões de qualquer origem, forma ou natureza, situados no domínio das relações internacionais, o problema se transfere para a *segurança externa*. Se, porém, vêm a manifestar-se ou produzir efeitos no âmbito interno, é enfrentado pela *segurança interna*.

A segurança nacional, em seus aspectos de *segurança externa e interna*, tem um sentido abstrato, representa uma situação de garantia; a sua consecução está afeta às ações e medidas que dizem respeito aos seguintes instrumentos: *Defesa Civil, Defesa Interna, Defesa Externa e Defesa Territorial*.

Os dois primeiros instrumentos citados são de caráter permanente, relacionando-se as calamidades públicas, com a *Defesa Civil*, e a característica de permanência da guerra revolucionária, com a *Defesa Interna*.

Os outros instrumentos - *Defesa Externa e Defesa Territorial* - são de caráter eventual, ligados à concretização de algumas Hipóteses de Guerra (HG).

Os dois primeiros instrumentos, considerando-se o seu caráter de permanência, continuarão a ser aplicados em situação de guerra, sem solução de continuidade, uma vez que já se acham estruturados desde o tempo de paz.

Por sua disseminação em todo o território nacional e pela confiança que inspiram na população, as Forças Armadas se constituem fator importantíssimo na redução dos desastres naturais.

Tanto a Marinha de Guerra como o Exército e a Aeronáutica têm cooperado ativamente com a Defesa Civil brasileira.

Apoiando as atividades locais de defesa civil, em estreita cooperação com os governos estaduais e municipais, os comandos de unidades das Forças Singulares atuam na elaboração dos planejamentos e na execução de missões de busca e salvamento. Assim, listamos como cooperações expressivas dessas Forças as seguintes ações:

Marinha de Guerra:

- preparação conjunta com a defesa civil, dos **Programas de Preparação para Emergências e Desastres**, realizando cursos de previsão e combate a incêndio e de sobrevivência em caso de naufrágio para o pessoal da Marinha Mercante e para os pescadores;

- apoio às ações de defesa civil com pessoal, transportes e unidades de saúde, principalmente na Amazônia e grandes bacias fluviais;

- levantamento do litoral e dos rios navegáveis e seus respectivos mapeamentos;

- definição de condições de navegabilidade e de áreas de risco para navegação;

- participação nas ações de resposta aos desastres através de salvamento marítimo e fluvial e de busca e salvamento de náufragos.

Exército Brasileiro:

- apoio às atividades locais de defesa civil, através de suas Organizações Militares, inclusive Tiros de Guerra, sediadas nas áreas atingidas;

- cooperação com os órgãos locais de defesa civil, estaduais e municipais, nos estudos de situação e na elaboração de Planos Diretores de Defesa Civil, objetivando a redução de desastres;

- cooperação nas ações de busca e salvamento com os seus helicópteros e efetivos locais ou equipes de pára-quedistas;

- utilização de suas unidades de Engenharia de Combate ou de Engenharia de Construções, tanto nas ações preventivas como nas respostas aos desastres, bem como nas reconstruções;

- utilização de seus meios de transporte e de estacionamento, assistindo populações, provendo abrigos temporários e distribuindo alimentos aos flagelados.

Força Aérea Brasileira:

- através da Diretoria de Aviação Civil - DAC, do Centro de Medicina Aeroespacial, do Centro Integrado de Defesa Aérea e de Controle do Tráfego Aéreo - CINDACTA e de outros órgãos, é responsável pela segurança de vôo e do tráfego, no espaço aéreo nacional e, também, pela segurança dos aeroportos, supervisionando o importante *Programa de Preparação para Emergências e Desastres*;

- as ações de resposta ao desastre são desenvolvidas pelos esquadrões de busca e salvamento e pelo PARASAR, nos desastres aéreos;

- cooperação com o *SINDEC*, atuando inclusive em ações de apoio internacional, com envio de ajuda e socorro em território nacional ou no exterior;

- execução de missões de evacuação aeromédica e missões de misericórdia, especialmente na faixa de fronteira;

- prestação de apoio médico-cirúrgico local, em circunstâncias de desastre, através de hospital portátil aerotransportado.

Forças Auxiliares

Não será exagero afirmar que, sem a participação das Forças Auxiliares (Corpo de Bombeiros Militares e Polícias Militares), as ações de Defesa Civil, nos Estados e no Distrito Federal, dificilmente iriam além da execução de tarefas meramente burocráticas.

Na verdade, o que se verifica é uma presença sempre marcante e decisiva dessas Forças Auxiliares, notadamente dos Corpos de Bombeiros, em todas as fases de socorro e assistência às populações e áreas atingidas por desastres, bem como na sua reabilitação.

É importante destacar a missão constitucional dos Corpos de Bombeiros, preconizada no Capítulo III, Art. 144, parágrafo 5º da Constituição Federal, que assim é definida: "...aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil".

De igual modo, participam dos esforços para a minimização de desastres, através da prevenção e da preparação para emergências.

Em outras palavras, praticam a essência da Defesa Civil, enquanto executam suas atividades-fim.

O **Corpo de Bombeiros** é um exemplo dos mais eloqüentes. Suas atividades, entre outras, compreendem as operações de extinguir incêndios, realizar salvamentos, planejar sistemas de segurança, instruir a população quanto a procedimentos específicos para evitar pânico, etc. Isso faz parte do que se entende por defesa comunitária. Também é importante observar que o Corpo de Bombeiros, ao planejar segurança, está praticando a segurança preventiva.

Por seu turno, também a **Polícia Militar**, executando suas atividades, está participando da defesa comunitária. O trabalho do policial militar, além do aspecto comumente observado, em que emprega o chamado "poder de polícia", também se destaca por outra de suas possibilidades, quando, por intermédio de planejamento adequado, promove a segurança preventiva da população, orientando-a sobre o que fazer e detectando e anulando pontos críticos onde a criminalidade atua.

No entanto, é nas ações de Defesa Civil que avulta o papel desses militares na comunidade, assim entendido não somente o **homem**, o profissional, mas também a **organização** que ele integra.

No que diz respeito à **organização**, vale mencionar a íntima associação instituição-homem e o extraordinário esforço que os **Corpos de Bombeiros** e as **Polícias Militares** vêm desenvolvendo para servir a comunidade, da melhor maneira possível.